



Ata nº 031 da Sessão Ordinária nº 031, de
13 de maio de 2014.

Às nove horas do dia treze de maio de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor SÉRGIO DANTAS para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II do artigo 72 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 02: **Processo nº 200003336-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia; Prestação de Contas – Exercício 1999; Responsável: José Alberto de Souza Branco; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Conceição do Araguaia a aprovação, com ressalva, das contas da Prefeitura Municipal, exercício de 1999, de responsabilidade de João Alberto de Souza Branco. **Processo nº 280012002-00; Prefeitura Municipal de Curralinho; Prestação de Contas – Exercício 2002; Responsável: Álvaro Aires da Costa; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Rosa Hage, com pedido de VISTA ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão Plenária do dia 28.08.2012; Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA**: "*com o mesmo entendimento da Conselheira Rosa Hage, pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da PM de Curralinho, exercício de 2002, de responsabilidade de Álvaro Aires da Costa*". **Em votação**: na Sessão do dia 28.08.2012, o Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro Daniel Lavareda acompanharam a Conselheira Rosa Hage, na íntegra. O Conselheiro José Carlos Araújo encontrava-se ausente, por ocasião da votação, naquela ocasião. Na presente Sessão, após o voto Vista, o Conselheiro Antonio José e a Conselheira Mara Lúcia acompanharam a Relatora, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Curralinho a não aprovação das contas de responsabilidade do Sr. Álvaro Aires da Costa, referente ao exercício financeiro de 2002, com recolhimento aos Cofres Municipais no montante de R\$-142.786,01 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e seis reais e um centavo), referente a



39 conta "Agente Ordenador", corrigido monetariamente, conforme prevê o Art. 52, § 3º, da LC
40 25/1994; cópia dos autos ao Ministério Público do Estado. Em seguida, houve a inversão de pauta
41 com o julgamento do processo de nº 06: **983992006-00; Fundo Municipal de Assistência**
42 **Social de Parauapebas;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Maria Odilza da Cruz
43 Lermem; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha;
44 Relator: Conselheiro Alcides Alcântara, com pedido de VISTA ao Conselheiro Cezar Colares na
45 Sessão do dia 30/06/2009; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.201.** Cumprindo dispositivo
46 regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA:** "*Procedida a análise, posso me*
47 *manifestar, pois, com o mesmo entendimento do Conselheiro Alcides Alcântara, pela aprovação das*
48 *Contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Parauapebas, exercício de 2006, de responsabilidade*
49 *de Maria Odilza da Cruz Lermen.*" **Em votação:** na Sessão do dia 30.06.09, o Conselheiro Aloísio
50 Chaves e a Conselheira Mara Lúcia acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage
51 encontrava-se ausente, por ocasião de votação, naquela ocasião. Na presente Sessão, após o voto
52 Vista, o Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a
53 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de
54 Assistência Social de Parauapebas, exercício de 2006, com a expedição do Alvará de Quitação no
55 valor de R\$-8.677.829,37 (oito milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e vinte nove e
56 reais e trinta e sete centavos). Com impedimento do Conselheiro Daniel Lavareda que funcionou nos
57 autos como Auditor à época. **Processo nº 1040052006-00; Fundo Municipal de Saúde de**
58 **Tailândia;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Altima Alves da Silva; Instrução: 5ª
59 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
60 Daniel Lavareda, com pedido de Vista ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão do dia 13/08/2013;
61 **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.201.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
62 Relator proferiu seu **VOTO VISTA:** "*posso me manifestar, pois, com o mesmo entendimento do*
63 *Conselheiro Daniel Lavareda, pela aprovação das Contas do Fundo Municipal de Saúde de Tailândia,*
64 *exercício de 2006, de responsabilidade de Altima Alves da Silva, devendo a Ordenadora recolher as*
65 *multas imputadas pelo Conselheiro Relator*". **Em votação:** na presente Sessão, após o voto Vista, o
66 Conselheiro Antonio José acompanhou o Relator, na íntegra; e o Conselheiro José Carlos Araújo
67 pediu VISTA dos autos. O Conselheiro Aloísio Chaves e a Conselheira Rosa Hage encontravam-se
68 ausentes da Sessão do dia 13.08.13, bem como a Conselheira Mara Lúcia ausente por ocasião da
69 votação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
70 **34072011-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Afuá;**
71 Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Mercedes Costa Silva (período de 01/01 a
72 30/11) e Manoel da Silva Vaz (período de 01/12 a 31/12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério
73 Público: Procuradora - Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no**
74 **DOE nº 32.638, de 09.05.201.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
75 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria
76 foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
77 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo
78 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Afuá, exercício financeiro de 2011, de



responsabilidade de Mercedes Costa Silva (período de 01/01 a 30/11) e Manoel da Silva Vaz (período de 01/12 a 31/12), com a expedição dos Alvarás de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 614002010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Primavera;** Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2010; Responsável: Silvana Inez de Aguiar Queiroz; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.201.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Primavera, exercício de 2010, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$ 619.684,98 (seiscentos e dezenove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1410142006-00; Fundo Municipal de Saúde de Quatipuru;** Prestação de Contas - 2006; Responsável: Maria Lúcia Carneiro da Costa (01.01 a 30.09.2006) e Thiersi Anne Reis (01.10 a 31.12.2006); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.201.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo de Saúde do Município de Quatipuru, exercício de 2006, de responsabilidade das Sras., Maria Lúcia Carneiro da Costa (01/01 a 30/09/2006) e Thiersi Anne Reis (01/10 a 31/12/2006), por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, "c", da Lei 84/2012; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1232032008-00; Fundo Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará;** Prestação de Contas - 2008; Responsável: Lourival Fernandes de Lima; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.201.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Lourival Fernandes de Lima, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, "c" e "d" da Lei 84/2012, com o recolhimento aos Cofres Públicos, no prazo de 30 (trinta) dias, do valor de R\$-330.574,35 (trezentos e trinta mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), devidamente atualizado, lançado à conta "Agente Ordenador" pela não comprovação dos saldos bancários; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 722042004-00; Fundo Municipal de Educação de Santarém Novo;** Prestação de Contas - 2004; Responsável: Sei Ohaze; Instrução: Leonardo



Macieira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposição de Decisão: Auditor José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.201.** Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 01: **Processo nº 660012007-00; Prefeitura Municipal de Salvaterra;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: José Maria Gomes de Araújo; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Salvaterra, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. José Maria Gomes de Araújo, que deverá proceder aos seguintes recolhimentos, no prazo de 30 (trinta reais) dias: ao Tesouro Municipal: 1 – Multa R\$-71.694,55 (setenta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) correspondente a 10% pelas despesas sem licitações no total de R\$-716.945,53 (setecentos e dezesseis mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), com fundamento no Art. 58 da da LO/TCM/PA; ao FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2009), multa de: 2 – R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com fundamento no Art. 57, I, “a” c/c “b” da LO/TCM/PA, pela não aplicação mínima em gastos com magistério dos recursos destinados ao FUNDEB; descumprimento do Art. 50, II da LC 101/2000 pela não apropriação dos encargos patronais, e contribuição dos servidores; fracionamento de modalidade licitatória no total de R\$-183.300,40 (cento e oitenta e três mil , trezentos reais e quarenta centavos) em descumprimento ao Art. 23, §5º da Lei nº 8.666/93; e irregularidades de caráter formal nas licitações realizadas no montante de R\$-862.052,99 (oitocentos e sessenta e dois mil, cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos), em descumprimento a lei de licitações (fls. 247/252 dos autos). 3 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no Art. 57, III “a” da LO/TCM/PA, pela remessa intempestiva das LDO, e LOA; remessa do RREO referente ao 5º bimestre fora do prazo legal. Fica o Prefeito alertado quanto ao cumprimento da obrigatoriedade da transferência ao FMS do mínimo constitucional para aplicação com os gastos em saúde. Cópia dos autos deverá ser remetida ao Ministério Público Estadual. Quanto a denúncia contra a Prefeitura protocolada nesta Corte, processo nº20803759-00, convalido o ato do Auditor Alexandre Cunha pela não procedência por ser a denúncia de caráter geral não atendidas as exigências estabelecidas na Lei Orgânica deste Tribunal”.* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Salvaterra, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. José Maria Gomes de Araújo, que deverá proceder o recolhimento no prazo de 30 (trinta reais) dias, ao Tesouro Municipal, da multa no valor de R\$-71.694,55 (setenta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 10% pelas despesas sem licitações no total de R\$-716.945,53 (setecentos e dezesseis mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), com fundamento no Art. 58 da da LO/TCM/PA; cópia dos autos ao Ministério



Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, multa no valor de: 2 – R\$-25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com fundamento no Art. 57, I, “a” c/c “b” da LO/TCM/PA, pela não aplicação mínima em gastos com magistério dos recursos destinados ao FUNDEB; descumprimento do Art. 50, II da LC 101/2000, pela não apropriação dos encargos patronais, e contribuição dos servidores; fracionamento de modalidade licitatória no total de R\$-183.300,40 (cento e oitenta e três mil, trezentos reais e quarenta centavos) em descumprimento ao Art. 23, § 5º da Lei nº 8.666/93; e irregularidades de caráter formal nas licitações realizadas no montante de R\$-862.052,99 (oitocentos e sessenta e dois mil, cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos), em descumprimento a lei de licitações (fls. 247/252 dos autos); R\$-1.000,00 (hum mil reais) com fundamento no Art. 57, III, “a” da LO/TCM/PA, pela remessa intempestiva das LDO e LOA; remessa do RREO referente ao 5º bimestre fora do prazo legal; fica o Prefeito alertado quanto ao cumprimento da obrigatoriedade da transferência ao FMS do mínimo constitucional para aplicação com os gastos em saúde. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 04 e 05: **Processo nº 193982006-00; Fundo Municipal de Saúde de Bujaru; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Ademir Jordão Faro; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Bujaru, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Ademir Jordão Faro, em favor do qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ - 2.694.026,74 (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: - R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no Art. 284, I do Regimento Interno deste Tribunal, face da remessa intempestiva das prestações de contas dos 3 (três) quadrimestres*”. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Bujaru, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Ademir Jordão Faro, em favor do qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-2.694.026,74 (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa no valor de: - R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no Art. 284, I do Regimento Interno deste Tribunal, face a remessa intempestiva das prestações de contas dos 3 (três) quadrimestres. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 194072006-00; Fundo Municipal de Educação de Bujaru; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Sandra Helena Assunção Cordeiro; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**



Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Bujaru, exercício de 2006, de responsabilidade da Sra. Sandra Helena Assunção Cordeiro, em favor da qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-2.694.026,74 (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias das seguintes multas: - R\$-1.000,00 (hum mil reais) com base no Art. 284, I do Regimento Interno deste Tribunal, face a remessa intempestiva das prestações de contas dos 3 (três) quadrimestres*". **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Bujaru, exercício de 2006, de responsabilidade da Sra. Sandra Helena Assunção Cordeiro, em favor da qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-2.694.026,74 (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no Art. 284, I do Regimento Interno deste Tribunal, face a remessa intempestiva das prestações de contas dos 3 (três) quadrimestres. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Às dez horas e cinco minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 190042005-00; Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Bujaru- SAAE; Prestação de Contas - 2005; Responsável: Irineu Pismel da Silva; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.201.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Sistema Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Bujaru, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Irineu Pismel da Silva, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-136.012,32 (cento e trinta e seis mil, doze reais e trinta e dois centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, o Conselheiro Aloísio Chaves assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201113499-00 (570012006-00); Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras; Prestação de Contas – Exercício 2006, Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução nº 10.048/2011, de 24.05.2011; Responsável: Consuelo Maria da Silva Castro; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Rosa Hage, com pedido de Vista ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão do dia 27/08/2013; Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.201.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO**



VISTA: “conheço do pedido de Reconsideração, pois preenchidos os requisitos legais e no mérito nego-lhe provimento para manter “in totum” a decisão contida na Resolução nº 10.048, de 24 de maio de 2011, e nos termos do relatório e voto do Exmo. Conselheiro Relator das contas (fls. 502/517), ratifico o recolhimento ao FUMREAP da multa aplicada, referente as contas da Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Consuelo Maria da Silva Castro, conforme os fundamentos contidos na Resolução”. **Em votação:** na Sessão do dia 27.08.2013, a Conselheira Rosa Hage manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A Conselheira Mara Lúcia encontrava-se ausente à Sessão, por ocasião de votação. Na presente Sessão, após o voto vista, o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Conselheiro Cezar Colares. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso e, **por maioria**, pela negativa de seu provimento mantendo a decisão contida na Resolução nº 10.048, de 24 de maio de 2011, e no relatório e voto do Exmo. Conselheiro Relator da prestação de contas, com o recolhimento da multa aplicada ao FUMREAP, referente as contas da Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Consuelo Maria da Silva Castro. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Vencida a Conselheira Rosa Hage que votou pelo provimento do Recurso. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia retornou a Presidência da Sessão.

Processo nº 201314581-00; Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião da Boa Vista; Prestação de Contas – Exercício 2008, Recurso Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 23.930/2013; Responsável: Delcimar de Sousa Viana; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.201.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, para reformar a decisão recorrida e aprovar as contas, com ressalvas, sanando a irregularidade quanto a ausência dos processos licitatórios para despesas no valor de R\$-111.498,00 (cento e onze mil, quatrocentos e noventa e oito reais), reduzindo a multa quanto a este item para R\$-3.000,00 (três mil reais), mantendo-se as demais multas constantes no Acórdão nº 23.930/2013. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201403692-00; Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás;** Consulta; Responsável: Alexandre Pereira dos Santos; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Retirado de Pauta. **Processo nº 200716387-00; Grupo Assistencial Solar do Acalanto;** Prestação de Contas – Exercício 2007, do Convênio nº 008/2007, firmado com a SEMEC/PMB; Responsável: Ana Maria Nascimento Araújo; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio nº



008/2007, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 20: **Processo nº 200805513-00; Centro Social e Cultural Dr. Osvaldo Melo; Prestação de Contas do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 074/06, firmado com a FUNPAPA; Responsável: Aquinaldo Neves Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Centro Social e Cultural Dr. Osvaldo Melo, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 074/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-18.381,60 (dezoito mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201010822-00; Associação Folclórica e Cultural Tancredo Neves; Prestação de Contas do Convênio nº 002/2010, de 11.02.2010, celebrado com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer; Responsável: Elza Monteiro Magalhães; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio de nº 002/2010, de 11/02/2010, celebrado entre a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL – PM/Ananindeua e a Associação Folclórica e Cultural Tancredo Neves - AFOCTAN, por estarem regulares, nos termos do Art. 32, I, da Lei 84/2012, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-70.000,00 (setenta mil reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201102267-00; Associação Folclórica e Cultural Tancredo Neves; Prestação de Contas do Convênio nº 004/2010, de 17.06.2010, celebrado com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer; Responsável: Elza Monteiro Magalhães; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação da Prestação de Contas do Convênio de nº 04/2010, de 17/06/2010, celebrado entre a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL – PM/Ananindeua e a Associação Folclórica e Cultural Tancredo Neves - AFOCTAN, por estarem regulares, nos termos do Art. 32, I, da Lei 84/2012, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201117574-00; Associação Folclórica e Cultural Tancredo Neves - AFOCTAN; Prestação de Contas do Convênio nº 001/2011, de 22.02.2011, celebrado com a Secretaria Municipal de**



Cultura, Esporte e Lazer; Responsável: Carmem Maria Monteiro de Souza; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da Prestação de Contas do Convênio de nº 01/2011, de 22/02/2011, celebrado entre a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL – PM/Ananindeua e a Associação Folclórica e Cultural Tancredo Neves - AFOCTAN, por estarem regulares, nos termos do Art. 32, I, da Lei 84/2012, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200817968-00; Associação Carnavalesca Canal 19;** Prestação de Contas do Convênio nº 044/2008, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Raimundo Nestor Alves da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 044/2008, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Canal 19, por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-10.920,00 (dez mil, novecentos e vinte reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 200818507-00; Associação Carnavalesca e Cultural "O Sindicato";** Prestação de Contas do Convênio nº 035/2008, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Sônia Maria da Silva Gonçalves; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 035/2008, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca e Cultural "O Sindicato", por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-4.485,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 200807219-00; Escola de Samba Peles Vermelhas;** Prestação de Contas do Convênio nº 061/2008, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Adalberto Álvares Almeida; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O



Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 061/2008, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Escola de Samba Peles Vermelhas, por estar regular, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-29.380,00 (vinte e nove mil, trezentos e oitenta reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 200811566-00; Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Estação Terceira;** Prestação de Contas do Convênio nº's 120/2007 e 036/2008, firmados com a PMB/FUMBEL; Responsável: José Jardim Martins; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nº's 120/2007, e 036/2008, firmados entre a PMB/FUMBEL e o Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Estação Terceira, por estarem regulares, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição dos Alvarás de Quitação nos valores de R\$-1.925,00 (hum mil, novecentos e vinte e cinco reais), pelo Convênio nº 120/2007 e R\$-3.575,00 (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais), pelo Convênio nº 036/2008. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201302530-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB;** Aposentadoria - Portaria nº 0022/2013, de 09.01.13; Interessada: Ercília Maria de Barros; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201313822-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal - IPMC;** Aposentadoria - Portaria nº 090/2013, de 26.08.2013; Interessada: Maria do Socorro Barbosa Sampaio; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201204953-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR;** Pensão - Portaria nº 019/2012, de 24.02.2012; Interessada: Maria Pereira da Silva (Esposa); Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e



do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201220250-00; Instituto de Previdência dos**
Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR; Pensão - Portaria nº 107/2012, de 27.11.12;
Interessado: Rodrigo Pereira Siqueira (Filho); Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi
colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
Decisão: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de
votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº**
201220335-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá -
IPASEMAR; Pensão - Portaria nº 099/2012, de 06.11.2012; Interessado: Thiago Oliveira Batista e
Alexandre Chaves Carvalho (Filhos); Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator:
Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada
em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do
Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201218660-00;**
IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 1465/12, de 30.10.12; Interessado: Alcimar de França
Cunha; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José
Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
Relator Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
unanimidade, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José
Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201218187-00; IPAMB/PMB;** Pensão
- Portaria nº 1399/12, de 10.10.12; Interessado: Alcimar de França Cunha; Ministério Público:
Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo
dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do
Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201218050-00; Instituto de Previdência do Município**
de Ananindeua; Pensão - Portaria nº 0151/12, de 31.10.12; Interessado: Rodrigo Evangelista de
Carvalho; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José
Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
unanimidade, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José
Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201205136-00; Instituto de**
Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira - ALTAPREV; Pensão - Portaria
nº 024/2012, de 29.11.2012; Interessada: Lilia Rocha Coutinho Fonseca e Gabriel Felipe Rocha da
Fonseca; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para



440 apresentar proposição de Decisão: Auditor José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo).
441 Retirado de Pauta. **Processo nº 201217288-00; Instituto de Previdência Social dos**
442 **Servidores do Município de Altamira - ALTAPREV;** Pensão - Portaria nº 025/2013, de
443 09.09.2013, Concede Pensão Vitalícia; Interessada: Nildete Aranha de Sousa; Ministério Público:
444 Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposição de
445 Decisão: Auditor José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). Retirado de Pauta.
446 **Processo nº 201104941-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas;** Portarias que
447 nomeiam aprovados no Concurso Público nº 01/2010; Interessada: Francinei Pereira de Albuquerque
448 e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José
449 Guimarães, Retirado da Pauta do dia 25/03/14. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
450 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aos registros dos
451 Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
452 Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelos registros dos Atos.
453 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo, do Conselheiro Aloísio Chaves
454 e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 200918895-00; Prefeitura Municipal de Rio**
455 **Maria;** Decreto e Nomeação Candidatos Processo Seletivo nº 001/2007 - Decretos nº's 182/2009,
456 091/2010 e 090/2010; Interessado: João Gomes Dantas - Prefeito em Exercício; Ministério Público:
457 Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas.
458 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
459 manifestou-se pela negativa de registro das nomeações das candidatas Maria José de Oliveira e
460 Maria Aparecida Melo de Oliveira, por não respeitarem a ordem de classificação dos candidatos da
461 lista de suplentes, e pelo Registro do Decreto nº 091/2010 que nomeia Rayana Nielly dos Santos
462 Lima, classificada em 1º lugar. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
463 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela negativa
464 de registro do Decreto nº 182/2009 que nomeia Maria José de Oliveira, e do Decreto nº 090/2009
465 que nomeia Maria Aparecida Melo de Oliveira, por ferirem a ordem de classificação dos candidatos
466 aprovados como suplentes, e pelo registro do Decreto nº 091/2010 que nomeia Rayana Nielly dos
467 Santos Lima, no Processo Seletivo nº 001/2007, na função de Agente de Combate às Endemias,
468 realizado pela Prefeitura Municipal de Rio Maria. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
469 José Carlos Araújo, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Sérgio Leão. Às dez horas e
470 trinta e cinco minutos, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº**
471 **201220807-00; Prefeitura Municipal de Mãe do Rio;** Subsídio – Lei Municipal nº 591/2012,
472 que dispõe sobre a Fixação de Diárias ao Prefeito, Vice- Prefeito e Secretários Municipais;
473 Interessado: Francisco Coutinho Braga; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da
474 Silva; Relator convocado para apresentar proposição de Decisão: Auditor José Alexandre Cunha
475 (Conselheiro José Carlos Araújo). Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o
476 julgamento do processo de nº 18 e 19: **Processo nº 200716383-00; Associação Comunitária**
477 **Nova Esperança;** Prestação de Contas do Convênio nº 004/2007, celebrado com a PMB/SEMEC;
478 Responsável: Maria Joselina Chaves Fonseca; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:
479 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº**



480 **32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
481 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
482 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
483 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas prestadas pela Senhora Maria Joselina
484 Chaves Fonseca, relativamente ao emprego da importância de R\$-44.660,00 (quarenta e quatro mil,
485 seiscentos e sessenta reais), recebidos através do Convênio nº 004/2007 (fls. 09/12), firmado com a
486 Prefeitura Municipal de Belém através da Secretaria Municipal de Educação, com a expedição do
487 Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo, do
488 Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201015782-00;**
489 **Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor;** Prestação de Contas do Convênio
490 nº 022/2010, celebrado com a PMB/Fundação Papa João XXIII; Responsável: Estela Helena Bacellar
491 Cruz; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora:
492 Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.638, de 09.05.2014.** Cumprindo dispositivo
493 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
494 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu
495 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação
496 das contas prestadas pela Senhora Estela Helena Bacellar Cruz, relativamente ao emprego da
497 importância de R\$-70.350,00 (setenta mil, trezentos e cinquenta reais), recebida através do
498 Convênio nº 022/2010 (fls. 02/06), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da
499 Fundação Papa João XXIII, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, cuja
500 entrega ficará condicionada ao recolhimento da multa no valor de R\$-600,00 (seiscentos reais), com
501 base no Art. 120-B, § 1º, do Regimento Interno do TCM/PA, vigente à época. Ausência, por ocasião
502 de votação do Conselheiro José Carlos Araújo, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Sérgio
503 Leão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 41: **Processo**
504 **nº 201319530-00; Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu;** Denúncia – 2013;
505 Responsável: SECOVEL – Serviço de Construção Civil LTDA – Me; Denunciado: João Cleber de Sousa
506 Torres e Esdras Cordeiro da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral
507 - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a
508 Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para
509 deliberação, nos termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão.** A
510 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu homologar a Decisão da
511 Conselheira Relatora pela não admissibilidade da Denúncia, seu arquivamento, com as seguintes
512 recomendações: pelo encaminhamento de Ofício ao Denunciante, informando-lhe do não
513 seguimento da presente representação/denúncia, conforme consta do § 4º, do Art. 292, do RI/TCM-
514 PA; determinar a retificação no sistema informatizado deste TCM-PA, com vistas à alteração do
515 assunto para “denúncia”; encaminhamento de Ofício ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal
516 de Saúde, com vistas ao conhecimento do presente processo; encaminhamento de fotocópia integral
517 dos autos ao Tribunal de Contas da União - TCU, para conhecimento dos fatos reportados, tendo em
518 vista que os recursos destinados à realização das obras possuem origem Federal, dado o indicado
519 convênio celebrado com o Ministério da Saúde; juntada dos autos à prestação de contas do exercício



de 2013, para levantamento da despesa total realizada no exercício, com o indicado credor e demais providências de alçada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201319535-00; Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu;** Denúncia – 2013; Responsável: SECOVEL – Serviço de Construção Civil LTDA – Me; Denunciado: João Cleber de Sousa Torres e Esdras Cordeiro da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora pela não admissibilidade da Denúncia, seu arquivamento, com as seguintes recomendações: encaminhamento de Ofício ao Denunciante informando-lhe do não seguimento da presente representação/denúncia, conforme consta do §4º, do Art. 292, do RITCM-PA; encaminhamento de Ofício ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Saúde, com vistas ao conhecimento do presente processo; determinar a retificação no sistema informatizado deste TCM-PA, com vistas à alteração do assunto para "denúncia"; encaminhamento de fotocópia integral dos autos ao Tribunal de Contas da União - TCU para conhecimento dos fatos reportados, tendo em vista que os recursos destinados à realização das obras possuem origem Federal, dado o indicado convênio celebrado com o Ministério da Saúde; juntada dos autos à prestação de contas do exercício de 2013 para levantamento da despesa total realizada no exercício, com o indicado credor e demais providências de alçada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201318056-00; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;** Denúncia; Responsável: Antônio Duarte e Antônio Jonas; Denunciado: Erivaldo Oliveira Amaral (Prefeito Municipal de Vitória do Xingu) e Outros.; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora pela não admissibilidade da Denúncia, seu arquivamento, com as seguintes recomendações: encaminhamento de Ofício ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Educação, com vistas ao conhecimento do presente processo e adoção de medidas que entenderem cabíveis; encaminhamento de fotocópia dos autos ao Conselheiro José Carlos Araújo (7ª Controladoria), responsável pela relatoria da prestação de contas daquele município, no exercício de 2011, para os levantamentos e providências que julgar necessárias, em relação à noticiada denúncia protocolizada em dezembro daquele ano, junto ao TCM-PA; juntada dos presentes autos à prestação de contas, do exercício de 2013, da Prefeitura Municipal e de fotocópia, junto à prestação do Fundo Municipal de Educação, para conhecimento e direcionamento a quando da análise das contas e demais providências de alçada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Sérgio Leão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** o



560 Conselheiro Cezar Colares submeteu ao Plenário o plano de trabalho para modernização e melhoria
561 na atualização do Controle Externo em diversos setores desta Corte de Contas, com a aquisição de
562 computadores, no período de junho a dezembro de 2014, com a utilização de recursos do FUMREAP.
563 A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
564 **unanimidade**, decidiu autorizar a aquisição pretendida. Em seguida, a Presidência convidou os
565 Conselheiros para Reunião Administrativa na sala de reuniões da Presidência, após a Sessão
566 Plenária. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
567 **MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e dez minutos da qual
568 foi lavrada a presente Ata.

569 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em treze de maio de dois
570 mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Aloísio Chaves**
Presidente da Sessão